

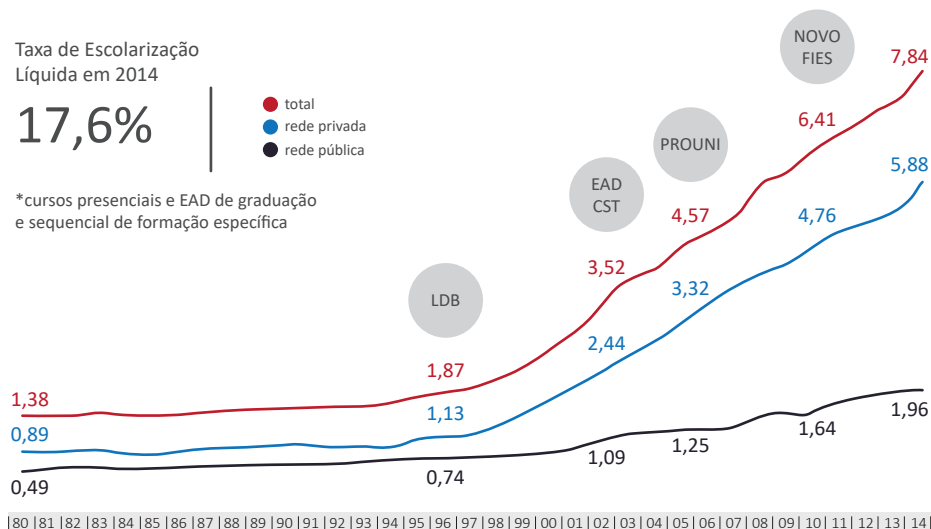


AS ASPIRAÇÕES DA CLASSE "C" EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

AS ASPIRAÇÕES DA CLASSE “C” EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

O ensino superior brasileiro teve a sua expansão impulsionada a partir de 1996. Antes disso, o número de matrículas se manteve praticamente inalterado ao longo dos anos.

Os momentos de crescimento foram sempre estimulados por políticas públicas. O gráfico abaixo demonstra o impacto das políticas públicas sobre o crescimento do ensino superior a partir de 1996.



Fontes: Sindata/Semesp e Censo da Educação Superior/Inep

Os principais marcos foram:

- Em 1996, foi promulgada a LDB, que impulsionou a expansão da oferta do ensino superior privado e, por conseguinte, o atendimento a uma demanda reprimida de vários anos.
- Em 2002 e 2003, foram criados os primeiros cursos de graduação tecnológica (cursos superiores, porém com duração menor e foco

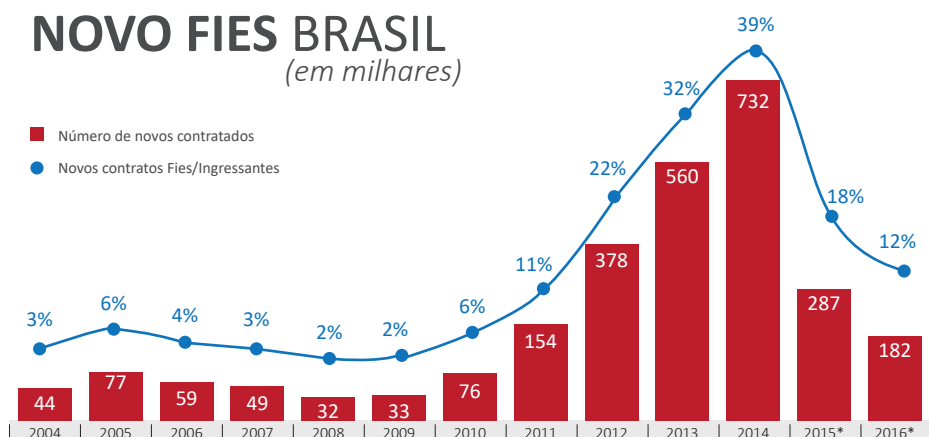
total no mercado de trabalho), e também as primeiras graduações na modalidade a distância, que atenderam aos alunos mais velhos que já tinham concluído o ensino médio há mais tempo.

- Em 2005 foi criado o ProUni, gerando vagas gratuitas nas instituições de ensino superior privadas destinadas a pessoas menos favorecidas, que estudaram na rede pública do ensino básico e apresentam renda até 1,5 salário mínimo.

Em 2010 foi reformulado o Fies, com redução de taxa de juros e aumento dos prazos de carência e de amortização. O novo Fies atingiu em cheio os jovens da classe “C” e o crescimento foi exponencial, passando de 76 mil novos alunos financiados em 2010 para 732 mil em 2014.

No entanto, com a crise econômica eclodida no início de 2015, o volume de Fies foi reduzido drasticamente e grande parte dos alunos da classe “C” mais uma vez ficou sem alternativas para ingressar no ensino superior – consequentemente, o Brasil ficou ainda mais distante das metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação- PNE.

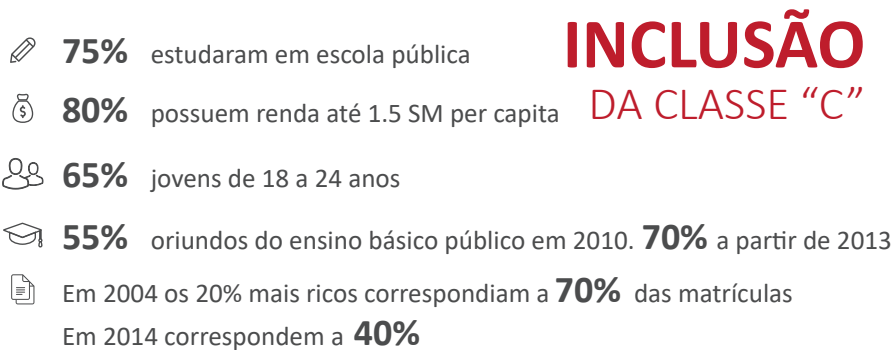
Atualmente, o país tem pouco mais de 17% dos jovens de 18 a 24 anos estudando no ensino superior (taxa de escolarização líquida), e a Meta 12 do PNE estabelece que o país deve ter 33% dos jovens matriculados no ensino superior até o ano de 2024.



Fontes: Sindata/Semesp; Censo da Educação Superior/Inep; FNDE

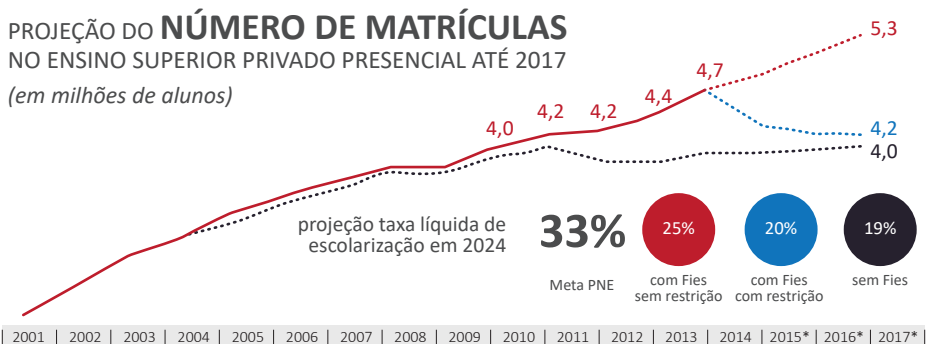
Conforme o gráfico acima, o Fies chegou a atingir quase 40% dos ingressantes no ensino superior em 2014 e, em seguida, sofreu uma forte redução em 2015 e 2016, passando a contemplar menos de 15% dos estudantes em 2016.

Os dados sobre o perfil dos ingressantes com Fies, a partir de 2010, comprovam a entrada de um novo perfil de jovens, historicamente excluídos do ensino superior.



Fontes: Sindata/Semesp; Censo da Educação Superior/Inep; FNDE

Com a redução do Fies, as projeções indicam que sem a classe “C” o Brasil jamais atingirá as metas do PNE. No nível de novos contratos Fies firmados em 2015 e 2016, o país chegará a 2024 com, no máximo, 20% dos jovens no ensino superior, muito abaixo da Meta 12.

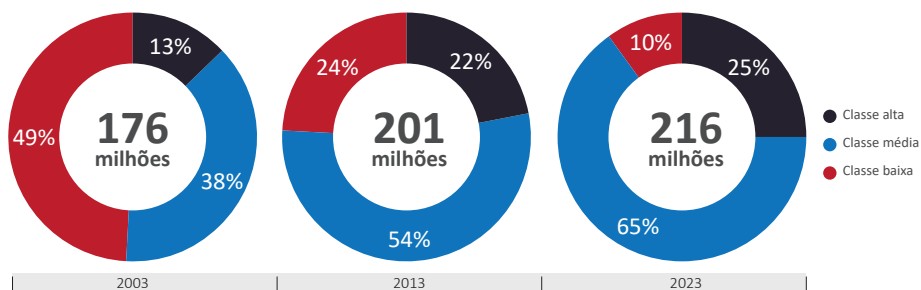


Fontes: Sindata/Semesp; Censo da Educação Superior/Inep; FNDE

Em virtude da crise gerada pela drástica redução do financiamento estudantil por parte do governo, o Sindicato das Entidades Mantenedoras - Semesp realizou uma pesquisa em parceria com o Instituto Data Popular – referência no conhecimento das classes “C”, “D” e “E” – para entender os anseios da classe “C” em relação à educação superior e o grau de decisão diante da crise econômica e do Fies.

A pesquisa realizou 800 entrevistas com pessoas da classe “C” que concluíram o ensino médio, divididas em dois grupos: formados há até dois anos e formados há mais de dois no ensino médio.

Antes de apresentar e discutir os resultados, é importante explicar a faixa de renda em que se enquadra a classe “C” e o que representam na população total brasileira. Conforme critérios do Instituto Data Popular, a faixa que define a classe “C” varia de R\$ 388,81 a R\$ 1.361,93 de renda *per capita*, ou de R\$ 1.806,57 a R\$ 3.463,03 de renda familiar. O percentual da população que se enquadra nessas faixas de renda é superior a 50%.



Fonte: Instituto Data Popular

A pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo a primeira qualitativa, com a realização de 4 *focus groups*, e a segunda com a realização das entrevistas de campo. Para formação da amostra de campo, foi perguntado se o entrevistado tinha ensino médio completo e se tinha o anseio de ingressar no ensino superior. Só foram considerados aqueles que afirmaram querer ingressar no ensino superior.

Os resultados principais foram:

a) Financiamento estudantil – Fies

Em ambos os grupos pesquisados, praticamente, somente metade dos entrevistados ainda esperam contar com o Fies para ingressar no ensino superior. Os demais já não acreditam mais que irão conseguir acessá-lo.



Fonte: Instituto Data Popular

b) Universidade pública gratuita

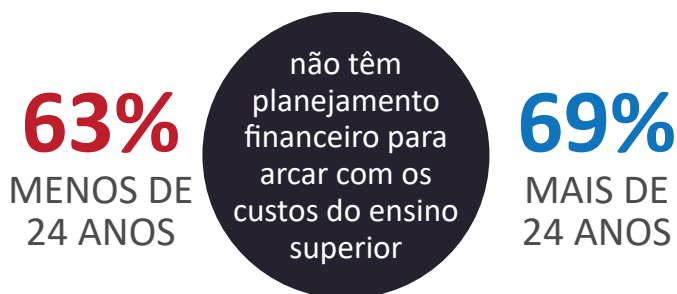
Quase dois terços dos entrevistados não acreditam que a universidade pública seja acessível para eles, sendo que daqueles que ainda afirmaram pretender ingressar em uma universidade pública gratuita sabe-se que praticamente 100% não conseguirão ingressar por possuírem uma base escolar bastante deficitária oriunda da rede pública.



Fonte: Instituto Data Popular

c) *Como pretendem pagar as mensalidades escolares*

Apesar de metade dos entrevistados não acreditarem mais no Fies e dois terços não acharem possível ingressar em uma universidade pública gratuita, a grande maioria não tem nenhum planejamento financeiro para ingressar no ensino superior e arcar com as mensalidades escolares.



Fonte: Instituto Data Popular

d) *Financiamento privado*

Não chega a 5% o número de entrevistados dispostos a contrair um financiamento privado. Mesmo sem ter acesso ao Fies, à universidade gratuita e não tendo planejamento financeiro, quase a totalidade dos entrevistados não quer buscar financiamento privado. Além do medo do endividamento e das altas taxas de juros, ficou claro nos *focus groups* que o receio de ter o financiamento negado pela avaliação de crédito já é quase um bloqueio a esse tipo de financiamento. Estar exposto ao risco de ser reprovado na avaliação de crédito tem efeito sobre a autoestima dos alunos da classe “C” que recusam esta modalidade mesmo antes de tentar a sua aprovação.

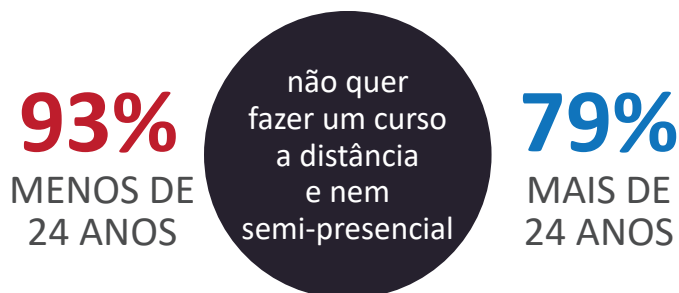


Fonte: Instituto Data Popular

e) *Cursos a distância*

Apesar de apresentarem valores de mensalidades bem mais baixos e eliminarem os custos de deslocamento, os cursos a distância não são considerados uma alternativa, principalmente para os mais jovens.

A desconfiança em relação à aceitação pelo mercado de trabalho, à qualidade dos cursos e, sobretudo, ao receio de não terem disciplina para estudarem sozinhos são as principais barreiras.



Fonte: Instituto Data Popular

f) *Cursos superiores de tecnologia - CST*

O CST é uma graduação com grande foco no mercado e mais curta em relação aos bacharelados e às licenciaturas. Com duração média de 2 a 3 anos, é uma modalidade muito difundida no mundo, sendo inclusive um caminho de sucesso para inclusão no ensino superior. No Brasil, no entanto, essas graduações não têm a mesma aceitação. Mesmo tendo um crescimento expressivo de matrículas entre os anos de 2003 a 2010, as graduações tecnológicas não representam 10% do total de matrículas em cursos superiores presenciais.

Quando os entrevistados foram questionados sobre quais cursos escolheram, houve uma preferência maciça para os bacharelados. Apenas 3,4% entre os mais jovens citaram como escolha uma graduação tecnológica, e 6% entre os que saíram do ensino médio há mais tempo.

Ao contrário dos cursos a distância, no caso dos cursos superiores de tecnologia os entrevistados não têm receio com relação à qualidade e à aceitação desses cursos, mas demonstram grande desconhecimento sobre essa modalidade e frequentemente a confundem com cursos técnicos de nível médio.

É importante destacar que os cursos técnicos são avaliados positivamente, sendo inclusive considerados como um passo para ingresso no ensino superior.

3,4%

MENOS DE
24 ANOS

escolha por
cursos
tecnológicos

6%

MAIS DE
24 ANOS

Fonte: Instituto Data Popular

g) Grau de decisão

Diante da crise econômica e do financiamento estudantil do governo, reduzindo em mais de 60% o número de financiamentos concedidos a partir de 2015, percebe-se que a decisão de ingressar no ensino superior está sendo postergada.

Em virtude do receio de não conseguirem pagar as mensalidades, de perderem o emprego e de não conseguirem financiamento, menos de 40% dos entrevistados afirmaram que pretendem ingressar no ensino superior no ano seguinte (2016). Isso demonstra que, apesar de terem anseio de ingressar no ensino superior, o grau de decisão é frágil, podendo facilmente ser adiado o ingresso.

37%

MENOS DE
24 ANOS

pretendem
ingressar no
ensino superior
no ano que vem

28%

MAIS DE
24 ANOS

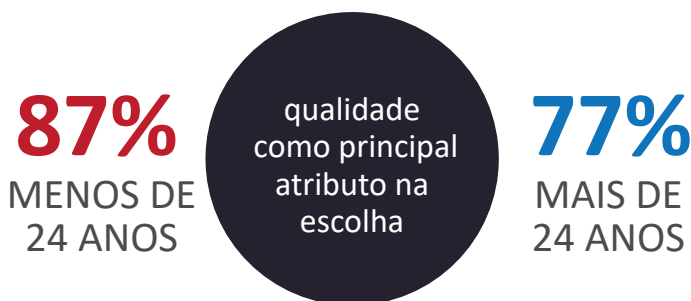
Fonte: Instituto Data Popular

h) Preço

Com a redução do Fies e a crise econômica, a disputa por novos alunos se acirrou entre as instituições de ensino superior privadas, levando muitas a reduzirem o valor das mensalidades e oferecerem descontos; entretanto, reduzir muito o preço não parece ser a solução para as pessoas da classe “C”.

Quando questionados sobre os critérios para a escolha da instituição, em torno de 80% dos entrevistados citaram qualidade como o principal critério, seguido de localização da instituição e, por fim, preço.

Mensalidades muito baixas geram desconfiança sobre a qualidade. Cursos com mensalidades abaixo de R\$ 250 são vistos como de qualidade e seriedade duvidosas.



Fonte: Instituto Data Popular

Diante de todos os aspectos levantados na pesquisa, podem-se traçar algumas estratégias para atenuar os efeitos da crise, porém não há nenhuma solução que possa substituir o efeito do Fies sobre a expansão e a inclusão no ensino superior brasileiro.

Vale destacar algumas alternativas possíveis para as instituições privadas continuarem oferecendo oportunidades de acesso para os alunos de baixa renda – mais especificamente da classe “C”.

- *Crédito educativo próprio*

Apesar de não ser a melhor solução, uma vez que, ao contrário dos agentes financeiros, não é uma especialidade das instituições de ensino superior, o crédito educativo próprio tem sido o principal substituto do Fies para permitir o ingresso de alunos mais carentes.

O crédito educativo próprio consiste na possibilidade de o aluno pagar uma parte da mensalidade durante o curso e o complemento após a sua formatura, com base no valor da mensalidade vigente, porém sem cobrança de juros.

Quando os entrevistados foram questionados sobre como pretendiam ingressar em curso superior diante das barreiras levantadas (redução do Fies, objeção ao financiamento privado, falta de planejamento financeiro e universidade pública inacessível), a maioria respondeu que esperava uma ajuda da própria instituição de ensino, ou seja, o aluno confia na instituição e, portanto, a oferta de crédito educativo próprio faz sentido.

No entanto, é preciso encontrar mecanismos que aumentem a capacidade para as instituições ofertarem este tipo de crédito e que possam reduzir os seus custos, como a possibilidade de cobrança de juros, mesmo não sendo uma instituição financeira.

- *Esclarecimentos sobre qualidade*

Os entrevistados indicaram que o principal critério para a escolha da instituição onde querem estudar é a qualidade, porém não souberam definir com clareza o que entendem como sendo qualidade.

Os alunos entendem que qualidade é o atributo mais importante para a escolha da instituição, porém a definição de qualidade não é clara e se confunde com maior aparição publicitária.

Dessa forma, uma campanha de esclarecimento sobre o que é qualidade frente aos anseios dos estudantes pode ser importante para atrair os alunos nas melhores instituições.

- *Modelo de oferta do EaD*

As graduações a distância sofrem falta de confiabilidade, principalmente em relação à qualidade. Nesse sentido, é preciso mudar os modelos de cursos a distância de forma que a oferta seja mais qualificada e se adeque melhor às características dos estudantes mais jovens, que não se sentem atraídos a cursar uma graduação nessa modalidade.

Importa ressaltar que essa mudança passa obrigatoriamente pela ampliação da oferta por meio do credenciamento de um número muito maior de instituições para oferta de cursos a distância. Apenas a diversidade de oferta vai permitir o surgimento de modelos mais qualificados e que estejam em consonância com os alunos.

- *Guerra de preços*

Reduzir o valor das mensalidades ou ofertar promoções como descontos pode atrair alguns tipos de alunos no curto prazo, mas não atrai os alunos que procuram qualidade e não estão conseguindo estudar por falta de opções. Os bons alunos não são atraídos por preço baixo – que, no limite, ainda afeta a imagem de qualidade da instituição.

- *Cursos técnicos*

A imagem dos cursos técnicos é positiva, além de serem considerados como uma forma de ingressar no ensino superior.

O Pronatec, além de formar técnicos, tinha a vantagem de trazer o aluno para o ambiente universitário e, consequentemente, aumentava a probabilidade de ele continuar ingressando em curso superior. Com o fim do Pronatec, as instituições de ensino superior, mesmo mantendo a autonomia para criar cursos técnicos pós-médio, deixaram de ofertar essa modalidade.

Como os efeitos dos cursos técnicos são positivos na visão dos alunos, uma estratégia interessante é oferecer, ainda que gratuitamente, turmas de cursos técnicos nos horários de ociosidade em áreas correlatas em que a instituição tenha cursos de graduação. Isso pode atrair bons alunos do ensino médio e fidelizá-los para ingressarem em alguma graduação oferecida pela instituição.

- *Seguro educacional*

Algumas seguradoras oferecem um produto em que garantem o pagamento das mensalidades do aluno, no período do contrato vigente, em caso de perda de emprego do próprio aluno ou responsável.

O custo do seguro educacional é baixo e pode ser um bom argumento para o aluno que não quer se matricular por receio de ficar desempregado e, consequentemente, acabe ficando inadimplente com a instituição até o fim do semestre.

Conforme a pesquisa apurou, muitos estudantes estão postergando seus planos de ingresso no ensino superior por medo do desemprego e da crise econômica.

- *Subsídio para financiamento privado*

Um dos argumentos para os alunos não cogitarem contrair um financiamento com agente financeiro privado é o receio dos juros muito elevados.

Para atenuar esse fator, a instituição pode oferecer um subsídio em forma de desconto que reduza o valor das parcelas a pagar ao mesmo nível de uma taxa de juros mais baixa.

Se, por exemplo, a instituição oferecer desconto de 12% sobre uma semestralidade de R\$ 6.000, financiada em 12 meses, a parcela do valor da semestralidade com desconto, financiado a uma taxa de juros de 2,5% ao mês, será igual à parcela do valor da semestralidade sem desconto, financiado a taxa de juros zero.

- *Graduações tecnológicas*

As graduações tecnológicas têm duração menor, com média de 2 a 3 anos, e são muito focadas no mercado de trabalho, o que aumenta o grau de empregabilidade. Além disso, não contam com uma imagem negativa. A baixa procura está mais atrelada a falta de conhecimento e confusão com os cursos técnicos.

Aumentar a procura por esses cursos é uma excelente estratégia para inclusão no ensino superior, uma vez que os valores são menores, em função da duração bem menor do curso. Isso aumenta a capacidade do aluno de baixa renda de poder pagar o curso e também reduz os impactos nos volumes de concessão de crédito nos casos do Fies e do crédito educativo próprio. Como a empregabilidade é alta, há redução do risco de inadimplência no momento de pagamento do financiamento.

Realizar campanhas de esclarecimento, buscar o aperfeiçoamento da legislação vigente para tornar a oferta mais ágil, estudar a possibilidade de alterar a nomenclatura e otimizar os currículos podem ser ações positivas no sentido de aumentar a procura por esses cursos.

A classe “C” representa mais da metade da população do Brasil e, sem a mesma, o Brasil não conseguirá evoluir na expansão do ensino superior e, tampouco, conseguir atingir as metas de taxa de escolarização bruta e líquida do Plano Nacional da Educação.

A pesquisa tentou entender o quanto as pessoas dessa faixa de renda ainda têm intenção de ingressar no ensino superior, bem como compreender quais são as principais barreiras e, com isso, buscar estratégias que atenuem o impacto da falta de financiamento estudantil para esse público.



ABMES



Abrafi



anaceu

Associação Nacional de Acadêmicos de Engenharia

ANUP



CONFENEN

SEMESP



FENEP

SEMERJ

www.forumensinosuperior.org.br